

RESENHA

SYMANSKI, Luís. *Engenhos e escravidão em Mato Grosso: uma arqueologia das identidades*, 2024. 268 p. ISBN 978-65-5061-831-5.

Wilson Junior Ferreira dos Santos¹

Resenha de Engenhos e escravidão em Mato Grosso: uma arqueologia das identidades

A pesquisadora Luiza Volpato afirmou que “[...] a população mato-grossense de maneira geral desconhece a própria história” (1987, p. 15). Afirmação decisiva, embora, hoje, incompleta. A abertura de cursos de pós-graduação em universidades na região tornou possível a criação de núcleos de pesquisa voltados a acervos próximos, organizados a partir de uma demanda latente pelo passado num lugar muitas vezes representado e transformado em janela para uma sertania exótica e rústica do Brasil. Dentre esses avanços, um mais específico é o da historiografia da escravidão.

Há, contudo, duas lacunas importante a serem esboçadas na esteira dessas importantes contribuições. Refiro-me ao uso de uma documentação escrita, que constitui seu núcleo de abordagem a partir dos processos-crimes, jornais e diários de viajantes, mas acima disso, a uma abordagem que privilegia o nacional. Nesse sentido, essa historiografia se desvincula de um estudo que compreende a dinâmica da resistência cativa como parte do atlântico. Essa dimensão, ainda, afasta-se dos estudos culturais, tornando-a num aspecto prioritariamente político. A história do escravizado, nesse caso, começa e termina tendo pano de fundo o Brasil e o Mato Grosso.

É em posição oposta que devemos dispor a recente publicação de Luís Cláudio Pereira Symanski, *Engenhos e escravidão em Mato Grosso: uma arqueologia das identidades* (2024). Fruto de sua tese de Doutorado defendida em 2006, na Universidade da Flórida, este importante trabalho vem para contribuir para o preenchimento das lacunas apresentadas acima.

Revista e atualizada, a tese do livro se sustenta passadas duas décadas. Sua metodologia, que entrecruza tipologias documentais distintas, bebe tanto da documentação escrita classicamente erigida na historiografia da escravidão quanto da documentação arqueológica. Nesse sentido, o raciocínio de Symanski está na observação das naturezas documentais, constatando que não apenas a produção do tipo documental é distinta, mas que a informação a ser extraída, processada e analisada de cada tipo é necessariamente distinta (Symanski, 2024, p. 105).

Cinco capítulos compõem o material do livro, com subdivisões internas que facilitam a viagem do leitor pela obra. Essa divisão está centrada num método de escrita que vai de casos mais gerais para o mais específico, voltando-se inicialmente para a construção da cena que será abordada para a interpretação dos sítios arqueológicos e do material dali advindo. Nesse sentido, o primeiro capítulo analisa o processos de ocupação de Mato Grosso e de Chapada dos Guimarães, ressaltando, no final dele, características dos quatro sítios

¹ Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: wilsonjuniorferreira@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9124-0514>

exumados no município em questão, sendo os sítios engenho Rio da Casca, o engenho Água Fria, o engenho do Quilombo e o Tapera do Pingador (Symanski, 2024, p. 69).

No capítulo dois, intitulado *O mundo dos proprietários: estratégias sociais e cultura material nos engenhos*, as lentes se voltam para a compreensão da vida cotidiana dos engenhos, mas mais especificamente sob os olhos dos proprietários. Symanski analisa como se deu a manutenção da posse da terra através das gerações (Symanski, 2024, p. 78), observando, neste sentido, a importância de alianças familiares e casamentos endogâmicos entre os proprietários rurais (Symanski, 2024, pp. 82-83), bem como da instrumentalização do dote como tática de ascensão social dos herdeiros menos endinheirados das famílias (Symanski, 2024, pp. 91-93). Essas estratégias foram utilizadas, argumenta o autor, justamente para a manutenção da riqueza, tendo em vista que a posse da terra seria insuficiente (Symanski, 2024, p. 89).

Nas subseções finais deste mesmo capítulo, Symanski ainda observa uma importante característica, desta vez vinda do material arqueológico. Debruçando-se sobre as faianças finas e porcelanas, o autor compreende que o ideal de domesticidade mato-grossense atravessará a crise vinda da segunda metade do século XIX, apontando para uma contradição vivida pela população mais abastada: a maior integração ao sistema-mundo capitalista do XIX, mas, simultaneamente, uma perda de poder aquisitivo. Ao mesmo tempo, a centralização de bens mobiliários para a cidade de Cuiabá apresenta a transformação da vida urbana cuiabana como palco em que essas classes poderão, a partir de então, evidenciar sua riqueza material (Symanski, 2024, p. 117).

No capítulo três, *Comunidades de senzala em Chapada dos Guimarães: diversidade cultural e expressões materiais*, a discussão irá se centralizar no cotidiano dos subalternizados. Inicialmente, Symanski apresenta de que modo Mato Grosso, e mais especificamente, Chapada dos Guimarães, estarão integrados ao sistema-mundo capitalista e escravocrata (2024, pp. 120-123), colocando em questão também as chamadas ‘nações’ africanas a partir da bibliografia especializada (Symanski, 2024, pp. 123-130). Este levantamento, mais uma vez, constrói a cena em que se delineará a análise, e serve como ponto introdutório para a compreensão do leitor e a organização dos argumentos do autor. Assim, as subseções seguintes tratarão dos levantamentos demográficos de escravizados na região de Chapada, feitos a partir de testamentos e inventários (Symanski, 2024, pp. 131-133), bem como a análise desses dados para a composição de grupos familiares e ordens de preferências de proprietários na aquisição desses grupos em Chapada dos Guimarães, a partir do que se convencionou a pensar, no século em questão, como as “nações” úteis para determinadas funções (Symanski, 2024, pp. 133-147).

A abordagem de Symanski segue valendo-se da documentação arqueológica. Assim, ao cruzá-la com a documentação escrita, o autor percebe que “as fontes documentais [...] fornecem poucas informações sobre as possíveis práticas e referências culturais que esses grupos possam ter trazido consigo” (Symanski, 2024, p. 147). Esse princípio é um importante condutor, pois fortalece a importância que a cultura material carrega para a interpretação da vida cotidiana. Nesse sentido, o cruzamento de dados das tradições decorativas e de produção de cerâmicas afro-diaspóricas de Chapada dos Guimarães apresenta tanto uma análise intra-sítio, tematizada de forma mais aprofundada no capítulo cinco, quanto inter-sítios (Symanski, 2024, p. 149). A qualidade inter-sítio não a coloca apenas em diálogo com o Brasil, mas aponta de que modo a pesquisa do autor dialoga com pesquisas em contextos diaspóricos estrangeiros (Symanski, 2024, pp. 154-158). Assim, a perspectiva *transatlântica* parece vir como um argumento central, elemento metodológico diferencial na historiografia do Mato Grosso.

É válido ressaltar, ainda, as distinções feitas para a apresentação da cerâmica a partir do gênero do ceramista, compreendendo mais uma vez as continuidades das culturas africanas em diáspora (Symanski, 2024,

pp. 159-161). O argumento de Symanski não advoga com uma perspectiva passiva da materialidade: é proposta uma *agência* por parte do escravizado, que veicula a cerâmica como um instrumento de manutenção da cultura africana como um modo de se estar no mundo. Por outro lado, o autor também percebe que, à medida em que as gerações posteriores nascem, essas tradições de decorações ceramistas tenderão a desaparecer, indicativo de um processo de criouliização demográfico e cultural. Assim, a cerâmica como veículo para a difusão de tradições distintas passa a tornar-se cada vez mais uniforme e homogênea, dado que estes personagens, afro-brasileiros, teriam nascido num ambiente comum, como cativos. Essa situação os faria indivíduos distintos que seus pais, que encontraram na cerâmica o veículo de manutenção de tradições (Symanski, 2024, pp. 165-166).

No capítulo quatro, *Capatazes, agregados e camaradas: trabalhadores livres nos engenhos*, Symanski demonstra uma utilidade capital da Arqueologia: a de compreender o cotidiano de um estrato pouco visível na documentação escrita, i. e., dos trabalhadores livres nos engenhos. A partir da análise da distribuição intra-sítio de louças no engenho Rio da Casca são estabelecidas as quantidades de presença desses artefatos nas estruturas das residências de cada um dos grupos. Nesse sentido, é notório um processo de aquisição, por parte dos estratos socialmente mais baixos, das faianças a partir do proprietário, que possuía a maior parte dos artefatos, bem como os de maior qualidade (Symanski, 2024, p. 174). Ao mesmo tempo, as datações das peças, a documentação escrita, assim como a bibliografia especializada, apontam para a manutenção de laços desiguais entre esses trabalhadores e os proprietários a partir da contração de dívidas (Symanski, 2024, p. 173), reforçando este argumento.

Outro engenho em estudo, o sítio arqueológico Água Fria indica outros processos. O material arqueológico exumado indica a possibilidade de que os trabalhadores livres pudessem agir como consumidores no mercado de louças da região. Nesse caso, a análise aqui se centra na distribuição intra-sítio e na comparação funcional dos objetos, compreendendo o caso do Água Fria como um processo de emulação (Symanski, 2024, p. 177) dos comportamentos dos proprietários. Isso não implica, no entanto, uma perfeita clonagem, mas também uma readaptação. Nesse sentido, as distinções do registro arqueológico para cada um dos grupos é indicativo desse fator readaptativo, pois as necessidades desse grupo eram diferentes daquelas presentes no grupo proprietário (Symanski, 2024, p. 179).

O capítulo cinco, *As paisagens do poder: cultura material, dominação e apropriação simbólica no espaço dos engenhos*, discute uma possibilidade analítica mais ampla dos artefatos em sua teia de relações entre si. A análise segue a possibilidade de compreender o material exumado a partir da relação entre as estruturas, tomadas, a partir do referencial teórico do autor, como formas de dominação senhorial para a manutenção de seus domínios: o produtor das *estratégias*, e dos artefatos, meios ativos utilizados pelos grupos subalternizados para a disputa pelo espaço do engenho. Formam, então, o domínio das *táticas* (Symanski, 2024, pp. 181-182). No centro dessa análise, os conceitos de Lefebvre, DeCerteau e Hirsch serão as lentes utilizadas pelo autor.

Embasando-se nas discussões vindas de capítulos anteriores e recheado de novas informações, é válido ressaltar algumas das mais importantes, como da alimentação de escravizados, bem como suas táticas para buscar manter-se longe do espectro da fome, tão comum nos períodos colonial e imperial (Symanski, 2024, pp. 198-200). Observa-se ainda a tendência, nos espaços de senzala, de louças e faianças importadas serem decoradas com motivos próximos àquelas típicas de tradições africanas, indicando processos de leitura da cultura material a partir de lentes muito distintas entre escravizados e senhores de engenho (Symanski, 2024, pp. 206-207). O autor alude às continuidades das culturas diaspóricas em Chapada dos Guimarães a partir do grifo religioso a partir do simbolismo baçongo (Symanski, 2024, p. 215). É válido recordar não só do papel tenso das relações, mas também de sínteses culturais advindas delas. Assim, argumenta pela possibilidade de

compreendermos os engenhos a partir da noção de catolicismo sincrético (Symanski, 2024, pp. 223-225) e, numa duração mais longa, pelas festividades regionais (Symanski, 2024, pp. 226-229).

Engenhos e escravidão em Mato Grosso é, assim, uma obra imprescindível para os debates contemporâneos sobre as mudanças culturais e a cultura material na diáspora. Cabe, no entanto, ressaltar seu papel específico no interior da historiografia da escravidão mato-grossense, preenchendo uma lacuna e propondo novos caminhos para o campo. Quando retornamos à frase de Volpato (1987), presente na abertura desta resenha, percebemos que a historiografia mato-grossense pôde avançar na direção de uma compreensão mais completa de sua História, mas não necessariamente de seu patrimônio, tendo em vista processos de degradação da memória como o da transformação da Fazenda Jacobina numa pousada, ou o completo descaso público com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Livros como o de Symanski mostram a possibilidade de compreendermos a materialidade como fonte, e conjuga-la com um rico acervo documental. Traz à tona, ainda, a estes debates do hoje.

REFERÊNCIAS

- Symanski, L. (2024). *Engenhos e escravidão em Mato Grosso: uma arqueologia das identidades*. Belo Horizonte: Editora Caravana.
- Volpato, L. R. R. (1987). *A conquista da terra no universo da pobreza: Formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: HUCITEC Editora.